

SENADO FEDERAL

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 230, DE 2006

*Autoriza a realização
de plebiscito sobre o pagamento
da dívida pública externa brasileira,
e dá outras providências.*

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º – Realizar-se-á plebiscito para que a população brasileira decida sobre o pagamento da dívida externa brasileira e sobre as condições deste pagamento.

Parágrafo único: O plebiscito de que trata o capuz deste artigo será constituído das seguintes perguntas, tendo como respostas a escolha de SIM ou NÃO.

- Você acha justo que o Brasil continue pagando a Dívida Externa?
- Você acha que o Governo brasileiro deve fazer uma auditoria da dívida externa?
- Você concorda que o Governo brasileiro mantenha a política atual de superávit para pagar os juros e serviços da dívida externa?

Art. 3º – O Tribunal Superior Eleitoral regulamentará este decreto legislativo, dando formas e baixando Resoluções adequadas para a realização e apuração do plebiscito.

Art. 4º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Centenas de entidades de classe (sindicatos, associações, centrais sindicais, etc.), organizações não governamentais e religiosas (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil e o Conselho Nacional de Igrejas Cristãs), organizaram e realizaram, entre os dias 02 e 07 de setembro de 2000, o plebiscito popular da dívida externa.

Este Plebiscito da Dívida Externa fez parte do calendário de mobilizações da Campanha Internacional Jubileu 2000, iniciada pelo Vaticano, que pregou o cancelamento das dívidas dos países empobrecidos. Esta iniciativa reuniu, e ainda reúne, em todos os cantos do mundo, igrejas cristãs, muçulmanas, afro-brasileiras e organizações não governamentais que acreditam que o desenvolvimento da humanidade exige o “des-endividamento” dos países pobres.

De acordo com as entidades organizadoras, este Plebiscito não era uma “promoção do calote” das dívidas, inclusive porque eram contrárias a qualquer tipo de calote, especialmente o calote das dívidas sociais das quais o credor é o povo brasileiro. A organização que pretendia, acima de tudo, estimular a reflexão da sociedade brasileira sobre a questão do endividamento porque parcelas substanciais de nossas dívidas externa e interna já foram pagas, mais de uma vez.

A participação popular (quase seis milhões de pessoas votaram em todo o País) demonstrou a importância do tema para a população. **Quase seis milhões de pessoas que participaram desta iniciativa disseram “não” ao acordo com o FMI, exigiram uma auditoria da dívida externa e reclamaram do privilégio concedido aos especuladores.** Apesar deste resultado, o então governo do presidente Fernando Henrique Cardoso não tomou nenhuma iniciativa para encaminhar esta demanda da sociedade brasileira.

O problema persiste e está se aprofundando. De acordo com Maria Lúcia Fatorelli, da UNAFISCO, em 2003, os juros acumulados pelas esferas federal, estadual e municipal foram de R\$ 145,2 bilhões. Esse valor representou bem mais do que o dobro de toda a economia (o chamado superávit primário), feita pelas três esferas de governo no período para o pagamento da dívida (algo em torno de R\$ 66 bilhões).

Apesar do enorme sacrifício imposto à Nação para se produzir este superávit (arrecadar mais e investir menos), houve um déficit de R\$ 79 bilhões nas contas

públicas em 2003, e não se conseguiu pagar os juros e serviços da dívida pública em sua totalidade.

Contas Públicas – 2003
(em R\$ milhões)

Esfera de Governo	Juros (a)	Superávit Primário (b)	Déficit Público (a-b)
Setor público	145.210	66.173	79.037
Governo central	100.901	38.744	62.157
Governos estaduais	34.851	11.916	22.936
Governos municipais	5.973	1.906	4.067
Empresas estatais	3.484	13.608	-10.124

Fonte: Banco Central

Em 2004, os resultados não foram nada diferentes. Se, em 2003, o **superávit primário** ficou em 4,25% do Produto Interno Bruto (PIB), esse foi maior que o previsto para o ano passado, ficando em 4,61% do PIB. Isso significou algo na ordem de R\$ 81,2 bilhões, superando a meta tanto em termos nominais (R\$ 79 bilhões) quanto em relação ao PIB, que era de 4,50%.

Os gastos com os **encargos da dívida** foram da ordem de R\$ 145,2 bilhões, em 2003, e de R\$ 128,3 bilhões, em 2004. No entanto, a **dívida líquida** do setor público atingiu, em fevereiro de 2005, R\$ 960,5 bilhões, representando 51,3% do PIB. De acordo com várias projeções, essa dívida pública deverá atingir R\$ 1 trilhão em outubro de 2005. Os cálculos são de um crescimento médio de 0,5% ao mês, crescendo em torno de 4,5% até outubro, chegando à R\$ 1,03 trilhões.

Tem ficado muito claro, por outro lado, que a prioridade do atual governo é o pagamento dos juros e serviços da dívida pública brasileira. Diante dos gastos com juros, a soma de todos os gastos com Segurança Pública, Assistência Social, Saúde, Educação, Cultura, Urbanismo, Habitação, Saneamento, Gestão Ambiental, Ciência e Tecnologia, Agricultura, Organização Agrária, Energia e Transporte atingiu apenas R\$ 70,8 bilhões, em 2003.

Importantes áreas sociais, como Urbanismo, Habitação, Saneamento e Gestão Ambiental receberam menos de 40% do programado, e até mesmo o programa mais priorizado pelo governo – o Fome Zero – sofreu cortes. Outros setores importantes de atuação governamental, como os de Cultura e Transporte, receberam menos de 70% da

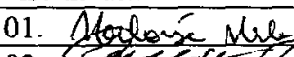
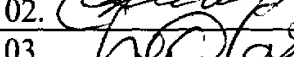
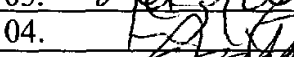

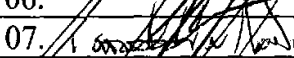


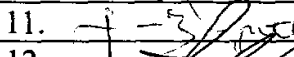
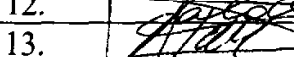


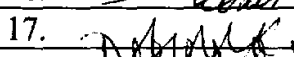
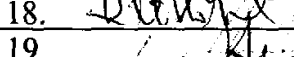
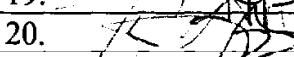
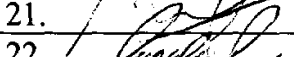
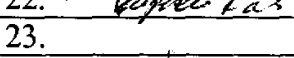
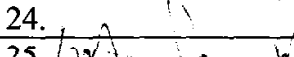
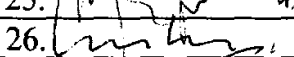
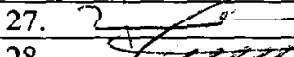
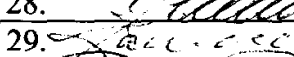






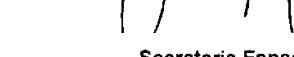
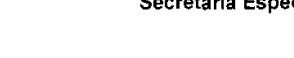
dotação anual, enquanto apenas 46% dos investimentos foram efetivamente aplicados, em 2003.

Estudo – com base em informações extraídas do Siafi (Sistema Integrado de Administração Financeira), do fluxo de caixa do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) e do Tesouro Nacional – da Associação Nacional de Auditores Fiscais da Previdência Social (ANFIP) constou desvios, por parte do Governo Federal, **de recursos da Seguridade Social para engrossar os valores do superávit primário**, em 2004. Segundo esse estudo, “sem amparo legal, o governo subtraiu R\$ 17,63 bilhões da arrecadação da seguridade social no ano passado para engordar o superávit primário”. Esses recursos “desviados contribuíram com 36% da meta de ajuste fiscal da União – excluindo estatais federais” (notícia publicada na Folha de São Paulo, 11/abril/2005).

O resultado de todo este esforço fiscal para gerar superávit primário é a drenagem de recursos públicos de investimentos importantes em infra-estrutura, saúde, educação, pesquisa, etc., o que não representa diminuição da dívida pública brasileira. É fundamental rever essa “dívida”, criando um espaço oficial para a população manifestar sua opinião sobre este tema. Consequentemente, solicitamos a aprovação dessa proposta de realização de um plebiscito sobre a dívida pública brasileira.

Sala das sessões, 28 de março de 2006.


Senadora Heloísa Helena – PSOL/AL

Assinatura	Nome
01. 	Madureira Neto
02. 	Carlos Lacerda
03. 	Roberto de Almeida
04. 	José Carlos de Faria (*)
05. 	Eduardo de Souza
06. 	Womerson Gomes
07. 	Paulo Sérgio
08. 	Sérgio Luiz de Souza
09. 	Sérgio Padua
10. 	Luiz Pontes
11. 	João Baptista Matta
12. 	Paulo Sérgio
13. 	Paulo Sérgio
14. 	Paulo Sérgio (*)
15. 	DEMÓSTENES TORRES
16. 	CÉSAR BORGES
17. 	Paulo Sérgio
18. 	Delcídio Amaral
19. 	Geraldo Mesquita
20. 	José Aquilino
21. 	Demóstenes Torres (*)
22. 	Paulo Sérgio
23.	
24.	
25. 	Márcio Mattar
26. 	MÁRCIO MATTAR
27. 	Paulo Sérgio (*)
28. 	AILTON FREITAS
29. 	EDIR BACHI DE LENCAS
30. 	Augusto Botelho

Paulo Sérgio

Paulo Sérgio

To S. Torre

Publicado no Diário do Senado Federal em / /2006.

Secretaria Especial de Editoração e Publicações do Senado Federal - Brasília - DF

OS: (12157 / 2006)